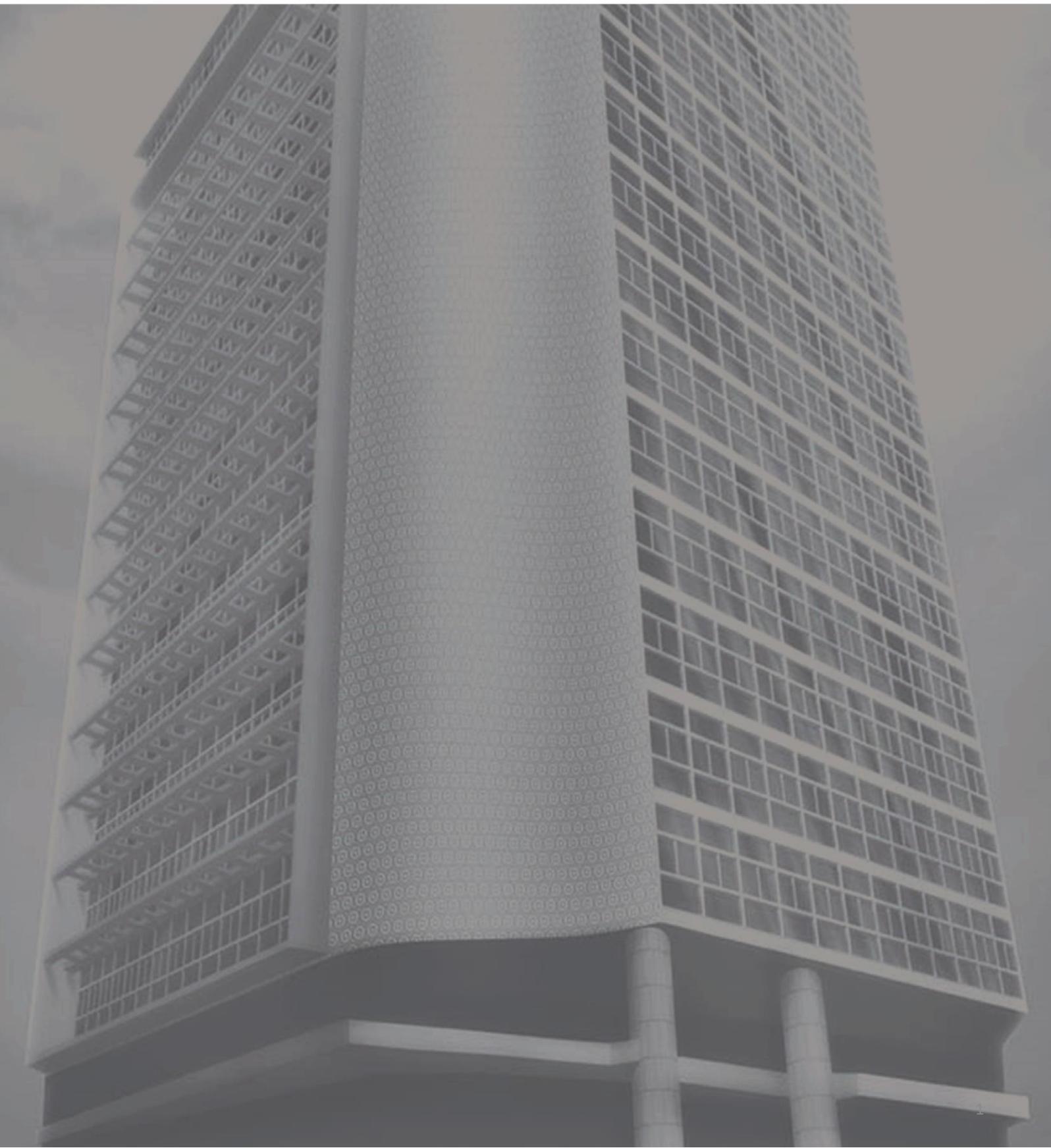


CONJUNTURA CNseg



ANO 2 | Nº 3 | JANEIRO/2019



Sumário

| | |
|--------------------------|----|
| Apresentação | 3 |
| Editorial | 4 |
| Economia Brasileira..... | 6 |
| Mercado Segurador..... | 12 |
| Resumo Estatístico | 15 |
| Glossário..... | 20 |

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas junto a

autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, essa publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg.

A arrecadação do mês de novembro de 2018, sem o DPVAT, foi 1,9% superior à do mesmo mês do ano passado. Com isso, a pequena evolução negativa acumulada até outubro deste ano, de 0,3%, reduziu-se para 0,1% até novembro. Embora pouca a diferença, o resultado global demonstra a resiliência da atividade seguradora restando apenas um mês para o fechamento de 2018. O segmento de seguros de Danos e Responsabilidades protagonizou crescimento acumulado de 10%, contribuindo para essa virtual estabilidade da arrecadação setorial, considerando a redução observada no segmento de Coberturas de Pessoas.

A Susep divulgou os dados do mercado de seguros até novembro, o penúltimo mês do ano. A arrecadação total foi de R\$ 221.397,0 milhões, 0,7% menor do que a do mesmo período do ano passado. Excluído o DPVAT, cuja tarifa é determinada pelo Governo, a evolução foi negativa em 0,1%, ou seja, uma virtual estabilidade em termos nominais.

Conforme fartamente demonstrado nas análises e estatísticas desta Conjuntura CNseg, há larga assimetria do comportamento dos diferentes ramos de seguros. Olhando iguais meses de novembro de 2018 e 2017, por exemplo, a evolução positiva do segmento de Danos e Responsabilidades foi de dois dígitos, 10%. O ramo Patrimonial Massificado cresceu significativos 17,9%, ao passo que o ramo de Transportes também observou forte crescimento de 19,5%, e Crédito e Garantias de 18,8%. Eles são crescimentos sustentados, o que explica que são esses os principais ramos, de maior contribuição relativa na receita global, que vem também liderando as maiores taxas de crescimento acumuladas no ano de 2018.

Por outro lado, o segmento de Pessoas permanece sendo afetado pelo recente ciclo de volatilidade de ativos que alcança os Planos de Acumulação PG e VGBL. Estes viram reduzir a sua arrecadação acumulada em 8,7%, contrastando com a

resiliência dos Planos de Vida Risco, que vêm sustentando aumento de 10%.

O segmento de Capitalização mostra recuperação desde a edição das últimas normas que a Susep editou para os seus produtos, evoluindo 3%.

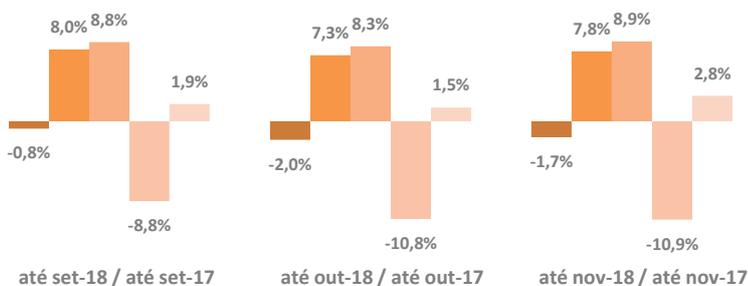
Quanto ao desempenho econômico-financeiro, o ciclo de ajuste pelo lado de tarifas e regras de *underwriting* de riscos permitiu, no acumulado do ano em comparação a 2017, redução geral da sinistralidade de 5,33 pontos percentuais. A melhor eficiência operacional também teve efeito nas despesas administrativas, crescendo pouco acima da inflação para o conjunto das Seguradoras (5,1%) e para as Entidades Abertas de Previdência (6,7%), mesmo considerando volumosos investimentos em tecnologia da informação. Para as companhias de Capitalização houve redução de despesas, da ordem de 7%.

A seguir, alinham-se os gráficos de desempenho dos grandes segmentos dos seguros, desta vez em médias de 12 meses móveis, apenas para reforçar as diferentes contribuições ao longo do período.

CRESCIMENTO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO – 12 MESES MÓVEIS

(sem DPVAT e saúde suplementar)

- Mercado SUSEP (s DPVAT)
- R. Elementares (s DPVAT)
- Cob Pessoas - PI de Risco
- Cob Pessoas - PI de Acumulação
- Capitalização



Fonte: SES (SUSEP)

Economia Brasileira

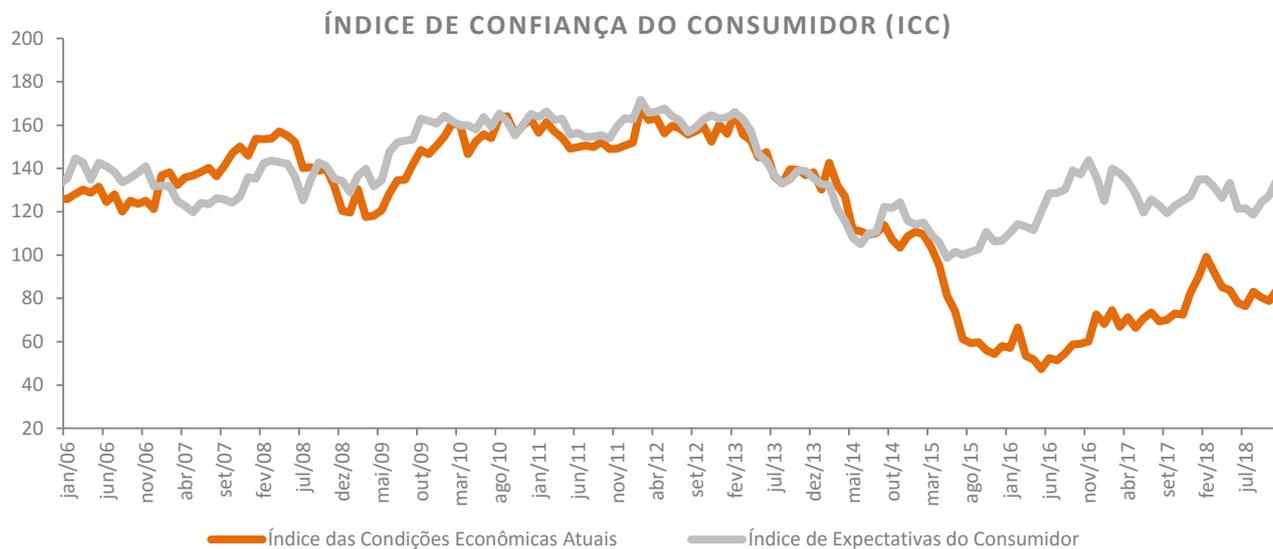
Análise Conjuntural

Duas tendências principais para as quais chamamos atenção na análise econômica da última edição da Conjuntura CNseg se intensificaram no último mês. De um lado, o aumento nos índices de confiança de empresários e consumidores na economia brasileira registrado nos últimos meses se intensificou e generalizou. Por outro, as perspectivas para o desempenho da economia mundial se deterioraram consideravelmente, com evidências cada vez mais claras de que as condições monetárias globais estarão mais apertadas e restritivas ao crescimento, de que está em curso uma desaceleração do crescimento econômico na Europa e na China e de impasses políticos nas economias centrais, com alta capacidade de contágio (notadamente na União Europeia e nos Estados Unidos).

Internamente, o ano começa em ambiente de melhora generalizada da confiança e das expectativas. Na edição anterior desta publicação, analisamos em detalhe a evolução de alguns desses indicadores e apontamos como a confiança do empresário industrial havia crescido de forma marcante em novembro, enquanto, para consumidores e empresários dos serviços – atividade que depende mais diretamente das condições econômicas das famílias –, a confiança também havia aumentado, mas com intensidade menor. Em dezembro, porém, o aumento foi generalizado, como reflexo de boas sinalizações da nova equipe econômica, que se mostra disposta a enfrentar a ambiciosa agenda de reformas necessárias para recuperar o crescimento sustentável da economia e dos primeiros sinais de recuperação mais robusta do emprego. Dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, mostram que geração de vagas com carteira

assinada voltou a crescer com mais intensidade e registrou, em novembro, a criação líquida de mais de 58 mil empregos formais, o melhor resultado para esse mês desde 2010, com destaque para as atividades de comércio e serviços que, tradicionalmente, são grandes empregadoras. A consolidação da recuperação do mercado de trabalho e dos indicadores de confiança, além da inflação em patamar ainda baixo, poderá propiciar o consumo, o que faz muitos analistas acreditarem que o crescimento da economia em 2019 pode ser puxado pela recuperação do consumo agregado das famílias no PIB, além da esperada retomada mais consistente dos investimentos, estimulados pela agenda de reformas.

A despeito disso, os indicadores mais recentes mostram uma economia ainda morna, com crescimento apenas moderado da atividade. A produção industrial, por exemplo, na passagem de outubro para novembro, registrou crescimento de 0,1%, na série livre de efeitos sazonais da PIM-PF (Pesquisa Industrial Mensal Produção Física), do IBGE. Já as vendas do varejo recuaram 0,4% em outubro, segunda queda mensal consecutiva, de acordo com os dados da PMC (Pesquisa Mensal do Comércio), também do IBGE. É importante alertar, no entanto, para os possíveis efeitos que a disseminação da *Black Friday* pode estar tendo sobre os dados do comércio, o que suscita cautela na análise dos dados desse setor nos últimos meses do ano. A atratividade das promoções oferecidas em novembro pode estar concentrando consumo nesse mês, o que dificultaria a estimação do padrão sazonal, já que a amostra de anos “com *Black Friday*” é ainda pequena, logo, esses novos padrões podem não ser captados pelos métodos estatísticos de dessazonalização.



Fonte: Fecomercio-SP

Isso tudo ocorre justamente próximo às compras de Natal, época mais importante para o comércio varejista.

O resultado da combinação de condições presentes ainda tépidas e expectativas promissoras pode ser visto no gráfico acima, elaborado com dados do Índice de Confiança do Consumidor, da Fecomercio-SP. O indicador é composto por dois índices: o Índice das Condições Econômicas Atuais (ICEA), que mede o conforto dos consumidores com sua situação presente, e o Índice de Expectativas do Consumidor (IEC), que afere a percepção desses mesmos consumidores acerca sua provável situação futura. Há ainda um grande hiato entre as duas medidas que, se for realmente “fechado” com aumento do índice correspondente às condições correntes, deverá estar associado a uma recuperação consistente do consumo.

Como se pode ver, historicamente, os indicadores apresentam trajetória muito próxima, isto é, na maior parte do tempo, o consumidor não fez distinção significativa entre sua condição presente e a condição esperada no futuro. A partir de 2012, ambos os índices apresentaram queda, na esteira da desaceleração da economia. Com a intensificação da crise em 2015 e o embaraço político que envolveu o país por quase um ano no processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff a partir do final desse mesmo ano até meados de 2016, os índices se descolaram, e o ICEA tem

permanecido sistematicamente abaixo do IEC desde então. Ainda que a diferença entre ambos tenha se estreitado no ano passado, os dados mais recentes mostram que o otimismo recente tem tido mais impacto sobre a percepção de condição futura que sobre a condição atual do consumidor brasileiro.

Se internamente a conjuntura econômica se mostra mais favorável, não se pode dizer o mesmo da economia mundial. Está cada vez mais claro que o cenário externo este ano deverá ser mais desafiador do que foi em um passado recente. Depois de apresentar forte crescimento no final de 2017, a economia global perdeu tração em 2018, o que ocorreu de maneira acelerada, como mostram os dados mais recentes do PMI (*Purchasing Managers' Index*) global, importante indicador elaborado e divulgado pelo ISM (*Institute for Supply Management*), baseado em pesquisa feita mensalmente com executivos de mais de 400 empresas em todo mundo. Em novembro, o PMI mundial de manufaturas se manteve no seu nível mais baixo em pelo menos dois anos, com as exportações globais apresentando queda pelo terceiro mês consecutivo.

Tal perda de dinamismo espelha tanto uma desaceleração da produção industrial quanto uma queda do volume de comércio mundial, que se retrai na esteira dos discursos protecionistas e da guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo, os Estados Unidos e a China. Estão em curso negociações entre as duas potências, pois está claro que ambos os países, além da economia mundial, podem ser prejudicados pelas consequências dessas disputas. Apesar disso, há ainda poucas indicações de que esse cenário deva mudar significativamente no curto prazo, o que pode continuar a impactar negativamente a economia mundial em 2019.

Nos EUA, a última decisão do FOMC (*Federal Open Market Committee*, o Copom do Fed) de subir os juros básicos americanos para a faixa entre 2,25% e 2,5% sacudiu os mercados americanos, com reflexos em todo o mundo. Apesar da decisão já esperada, parte significativa dos investidores se surpreendeu com a indicação de que haverá mais dois aumentos no ano que vem, mesmo que, anteriormente, houvesse indicação de três aumentos. O pessimismo é motivado por preocupações de que a economia norte-americana enfrente forte desaceleração em breve, e que o Fed, portanto, não estaria calculando corretamente os riscos ao sinalizar mais aumentos de juros em 2019. No início deste ano, apesar de algumas declarações mais otimistas do presidente do Fed, Jerome Powell, voltaram a animar os investidores.

Essa questão é um dos pilares da percepção de ambiente externo mais desafiador este ano, como temos enfatizado. Assim, pressões negativas devem vir da economia norte-americana, seja por uma desaceleração significativa, como muitos analistas acreditam, seja pelo aumento de juros, o que nunca é uma boa notícia para mercados emergentes. Hoje, as indicações, como uma tendência à inversão da estrutura a termo das taxas de juros, são de que o primeiro risco (de desaceleração da economia americana) seja mais provável que o segundo.

Seja qual for o cenário que se concretize na economia norte-americana, isso ocorreria em um contexto de crescentes tensões políticas e econômicas entre o país e a China, que se estendem para além dos efeitos da guerra comercial, com potencial de agravar ainda mais a

situação. A própria economia chinesa vem apresentando sinais cada vez mais evidentes de desaceleração, assim como na Europa, em que o quadro é agravado pelos problemas que se acumulam com a saída do Reino Unido da União Europeia (o *Brexit*), a lassidão fiscal do novo governo italiano e os embates políticos entre Bruxelas e o autoritário governo húngaro.

Mudanças de ano-calendário costumam marcar momentos em que avaliações e expectativas são realinhadas. Quando tais mudanças são acompanhadas de trocas de governo – ainda mais uma tão intensa como a que ocorreu no Brasil – esse tipo de avaliação se torna ainda mais relevante. Em seus primeiros discursos, a nova equipe econômica – especialmente o Ministro da Economia, Paulo Guedes, – foi bastante pragmática e deixou claras as diretrizes que orientarão a política econômica nos próximos anos: reforma da Previdência, privatização e simplificação tributária. Menções diretas ao fim da “irresponsabilidade econômica”, à abertura comercial, ao estímulo à competição, ao aumento de produtividade e a “reformas estruturantes” deixam claro que a agenda de Guedes e sua equipe deve ser abraçada como prioridade pelo novo governo.

No que pesem algumas declarações ainda desconstruídas – como no caso da suposta redução da alíquota de Imposto de Renda e aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) –, o pragmatismo também tem sido sinalizado nas negociações para a presidência das casas do Congresso e na indicação de que o governo deverá aproveitar as principais diretrizes da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 287/2016, a proposta de reforma da Previdência enviada pelo ex-presidente Michel Temer, que está pronta para votação no plenário da Câmara dos Deputados. Tal estratégia economizaria tempo, esforço processual e amenizaria desgastes políticos causados por debates acalorados em audiências públicas. Itens como a instituição de idade mínima e mudanças nos regimes de aposentadorias especiais são vistas como fundamentais pelos especialistas, e qualquer movimento positivo nessa direção deve intensificar o otimismo que marcou as últimas semanas.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 28/12/2018)

| Notas | Variável | Realizado 2018 | Realizado 12 meses | Valores projetados para 2018 | | | | |
|-------|--|----------------|--------------------|------------------------------|----------|-----------|------------|---------------|
| | | | | Atual | Anterior | 4 semanas | 13 semanas | Início do ano |
| | | | | 28/12/18 | 21/12/18 | 30/11/18 | 28/09/18 | 05/01/18 |
| 4 | PIB | 1,13% | 1,39% | 1,30% | 1,30% | 1,32% | 1,35% | 2,69% |
| 3 | Produção Industrial (quantum) | 1,87% | 2,32% | 1,89% | 1,91% | 2,16% | 2,78% | 3,14% |
| 4 | PIB Indústria | 0,93% | 1,32% | 1,15% | 1,21% | 1,25% | 1,58% | 3,26% |
| 4 | PIB de Serviços | 1,35% | 1,52% | 1,39% | 1,39% | 1,39% | 1,31% | 2,23% |
| 4 | PIB Agropecuário | -0,34% | 0,42% | 0,27% | 0,21% | 0,16% | 0,14% | 0,90% |
| 2 | IPCA | 3,59% | 4,05% | 3,69% | 3,69% | 3,89% | 4,30% | 3,95% |
| 1 | IGP-M | 7,55% | 7,55% | -- | 7,81% | 8,91% | 9,60% | 4,38% |
| 1 | SELIC | 6,40% | 6,40% | -- | -- | 6,50% | 6,50% | 6,75% |
| 1 | Câmbio | 3,87 | 3,87 | 3,85 | 3,85 | 3,75 | 3,89 | 3,34 |
| 2 | Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) | 53,32% | 53,32% | 54,00% | 54,00% | 54,00% | 54,26% | 55,60% |
| 2 | Conta-Corrente (em US\$ bi) | -12,11 | -14,02 | -15,00 | -15,50 | -15,05 | -18,00 | -29,87 |
| 2 | Balança Comercial (em US\$ bi) | 47,41 | 52,05 | 57,10 | 57,75 | 58,00 | 54,60 | 52,00 |
| 2 | Investimento Direto no País (em US\$ bi) | 77,78 | 80,69 | 75,00 | 74,00 | 70,00 | 67,00 | 80,00 |
| 2 | Preços Administrados | 7,13% | 7,36% | 6,50% | 6,50% | 7,10% | 7,60% | 4,95% |

Fontes: SGS (BCB), SIDRA (IBGE) e IPEADATA

Notas: 1- dados até dezembro; 2- dados até novembro; 3- dados até outubro; 4- dados até setembro

| Notas | Variável | Realizado 2018 | Realizado 12 meses | Valores projetados para 2019 | | | | |
|-------|--|----------------|--------------------|------------------------------|----------|-----------|------------|---------------|
| | | | | Atual | Anterior | 4 semanas | 13 semanas | Início do ano |
| | | | | 28/12/18 | 21/12/18 | 30/11/18 | 28/09/18 | 05/01/18 |
| 4 | PIB | 1,13% | 1,39% | 2,55% | 2,53% | 2,53% | 2,50% | 2,80% |
| 3 | Produção Industrial (quantum) | 1,87% | 2,32% | 3,17% | 3,30% | 3,02% | 3,00% | 3,00% |
| 4 | PIB Indústria | 0,93% | 1,32% | 2,80% | 2,84% | 2,80% | 2,55% | 2,50% |
| 4 | PIB de Serviços | 1,35% | 1,52% | 2,20% | 2,20% | 2,20% | 2,13% | 2,45% |
| 4 | PIB Agropecuário | -0,34% | 0,42% | 2,57% | 2,70% | 2,55% | 2,81% | 3,00% |
| 2 | IPCA | 3,59% | 4,05% | 4,01% | 4,03% | 4,11% | 4,20% | 4,25% |
| 1 | IGP-M | 7,55% | 7,55% | 4,25% | 4,31% | 4,48% | 4,50% | 4,30% |
| 1 | SELIC | 6,40% | 6,40% | 7,13% | 7,25% | 7,75% | 8,00% | 8,13% |
| 1 | Câmbio | 3,87 | 3,87 | 3,80 | 3,80 | 3,80 | 3,83 | 3,40 |
| 2 | Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) | 53,32% | 53,32% | 56,40% | 56,40% | 57,03% | 57,95% | 57,70% |
| 2 | Conta-Corrente (em US\$ bi) | -12,11 | -14,02 | -26,50 | -26,75 | -27,20 | -30,00 | -42,50 |
| 2 | Balança Comercial (em US\$ bi) | 47,41 | 52,05 | 52,00 | 53,40 | 52,24 | 45,60 | 45,00 |
| 2 | Investimento Direto no País (em US\$ bi) | 77,78 | 80,69 | 79,50 | 78,40 | 76,00 | 75,65 | 80,00 |
| 2 | Preços Administrados | 7,13% | 7,36% | 4,80% | 4,80% | 4,80% | 4,80% | 4,30% |

Fontes: SGS (BCB), SIDRA (IBGE) e IPEADATA

Notas: 1- dados até dezembro; 2- dados até novembro; 3- dados até outubro; 4- dados até setembro

Houve, no último mês, uma melhora – ainda que moderada – das expectativas dos agentes econômicos em relação aos principais indicadores macroeconômicos, compilados pelo relatório Focus do Banco Central do Brasil. Vale lembrar que, apesar de encerrado o ano, grande parte dos indicadores são divulgados com alguma defasagem e, portanto, ainda há parte relevante do ano passado a ser realizada.

De maneira geral, mantiveram-se estáveis as projeções para o crescimento da economia, medido pela variação esperada do PIB, e foram reduzidas as projeções de inflação, mesmo que, concomitantemente, tenha havido redução na expectativa de aumento para a taxa básica de juros, a Selic, ao longo deste ano, o que sinaliza uma percepção, por parte dos agentes do mercado financeiro,

de que a melhora no ambiente macroeconômico propiciará um ganho positivo no *trade-off* de curto prazo entre inflação e crescimento.

A ata da mais recente reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central), divulgada no final de dezembro, revela que a autoridade monetária, em sua decisão de manter a Selic em 6,5%, patamar no qual a taxa encerrou o ano, avalia que houve uma alteração na percepção de dois riscos principais que pressionariam a inflação em direções opostas. O primeiro deles, que teria se elevado, é de que o alto nível de ociosidade da economia, com baixa utilização da capacidade instalada e alto desemprego, pode produzir uma trajetória prospectiva de inflação abaixo do esperado.

Por outro lado, o Copom avalia que houve arrefecimento do risco de frustração das expectativas de continuidade das reformas e ajustes econômicos necessários que poderiam afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação. Desenha-se, assim, um cenário cada vez mais benigno para inflação nos próximos meses, o que é reforçado pela valorização do câmbio corrente nas últimas semanas – ainda que a projeção mediana para taxa R\$/US\$ no fechamento deste ano tenha permanecido em R\$/US\$ 3,80 nas últimas quatro semanas. Essa alteração no balanço de riscos da autoridade monetária, compartilhada em grande parte pelos especialistas do mercado, fundamenta a tendência de redução das expectativas para a taxa básica de juros e para a inflação oficial: no último mês, a projeção mediana para a Selic em 2019 caiu de 7,75% para 7,13% (vale lembrar que o mercado chegou a projetar aumento da Selic para além de 8,00% no início do ano passado). Já a projeção do IPCA no encerramento do ano caiu de 3,89% para 3,69% para 2018 e de 4,11% para 4,01% para este ano.

Em relação ao último mês, na data de corte desta publicação, a mediana do crescimento projetado para o PIB em 2018 foi reduzida levemente, de 1,32% para 1,30%, apesar das indicações dos índices de confiança de que a recuperação da confiança na economia é robusta e está se disseminando entre produtores e consumidores, como comentamos na seção anterior. Isso ocorre porque a economia brasileira ainda se encontra pouco aquecida, como atestam os indicadores de nível de atividade mais recentemente divulgados. Por outro lado, a projeção para o crescimento do PIB em 2019 foi elevada de 2,53% para

2,55%. Vale lembrar que o crescimento anual do PIB é calculado com a média do índice. Dessa forma, uma projeção de crescimento anual de 2,55%, no cenário atual, representa uma projeção de crescimento na margem, no final deste ano, acima dos 3,0%, o que seria um resultado bastante positivo.

Há uma noção, disseminada entre os empresários e o mercado financeiro – e corroborada pelo aumento da confiança – de que a “herança” que o novo governo recebeu da administração Temer é positiva e facilitará o crescimento mais à frente. Além da reforma trabalhista e das melhorias de caráter microeconômico, o Banco Central entrega a inflação na meta e expectativas ancoradas até 2021¹, juros em seu menor nível histórico e um grande volume de reservas internacionais.

Ainda assim, o mercado financeiro permanece apontando as dificuldades na estabilização fiscal nos próximos anos. A Dívida Líquida do Setor Público como percentual do PIB, por exemplo, segundo as projeções mais recentes do Focus, deve aumentar de 54,0% para 56,4% entre 2018 e 2019, mesmo com o compromisso assumido pelo governo com a responsabilidade fiscal e as reformas. O enorme desafio social e econômico representado pela situação fiscal delicada do país não se restringe ao governo federal e pode ser ainda mais complicada nos estados, como ficou claro na frequência com que o tema foi citado nos discursos de posse dos governadores por todo o Brasil.

¹ Os analistas projetam inflação abaixo da meta em 2018 e 2019 (metas de 4,50% e 4,25%, respectivamente) e as expectativas mais à frente mostram que a projeção mediana é de inflação na meta em 2020 (4,00%) e em 2021 (3,75%).

Mercado Segurador

Análise de Desempenho

Faltando apenas um mês para que os dados de fechamento de ano sejam conhecidos, o setor de seguros arrecadou, em novembro, segundo dados da Susep, R\$ 21,3 bilhões em prêmios diretos de seguros, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, o que representa um aumento de 1,8% em relação ao mesmo mês do ano passado, resultado que denota uma tendência de melhora em relação às quedas de 1,2% e 6,9% registradas pela mesma métrica em outubro e setembro, respectivamente. Com esses resultados, no acumulado do ano, a queda na arrecadação passou de 0,9% para 0,7%, em termos nominais. Entretanto, para uma comparação mais adequada, convém excluir do cálculo os números do seguro DPVAT¹. Feito tal ajuste, a queda na arrecadação acumulada até o penúltimo mês do ano é de 0,1%, indicando estabilidade nas condições gerais do setor.

Os dados de novembro corroboram as análises que temos feito ao longo das últimas divulgações, de que o setor responde de maneira heterogênea ao ciclo econômico. Parte dele apresenta resiliência, influenciada pela recuperação gradual do nível de atividade, enquanto outra parte é afetada pelo ciclo de maior volatilidade de ativos, pelo ainda elevado desemprego – que reduz a capacidade de poupança da população – e taxas de juros em mínimas históricas, o que canaliza recursos para alocações mais arriscadas, em busca de retornos maiores.

Os números de novembro evidenciam tal discrepância. Os planos de risco em Cobertura de Pessoas apresentaram mais um mês de forte crescimento da arrecadação (13,4% contra novembro do ano anterior) e, com isso, o crescimento acumulado no ano chegou a 10,1%, bastante influenciado pelo crescimento do seguro prestamista (20,1% de crescimento no acumulado do ano). A arrecadação do segmento de Danos e Responsabilidades (Ramos Elementares), sem o DPVAT, cresceu 9,9% em novembro na comparação com o mesmo mês de 2017, levando o crescimento acumulado no ano para 8,6%. Por outro lado, a arrecadação dos planos de acumulação em Cobertura de Pessoas continua a apresentar queda nas comparações interanuais, influenciando fortemente os resultados agregados do setor, dada sua grande representatividade. Os produtos da família VGBL tiveram queda de 3,3% em relação a novembro de 2017, enquanto os da família PGBL amargaram queda de 30,7% pela mesma ótica de comparação. Espera-se, entretanto, que a maior estabilidade das condições econômicas e os debates em torno da reforma da Previdência – que podem funcionar como um impulso exógeno – estimulem a demanda por produtos de previdência privada ao longo do próximo ano.

¹ Segundo a Resolução CNSP nº351/2017, o seguro DPVAT teve redução de 35% para o exercício de 2018 em todas as categorias (com exceção à categoria “motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares”).

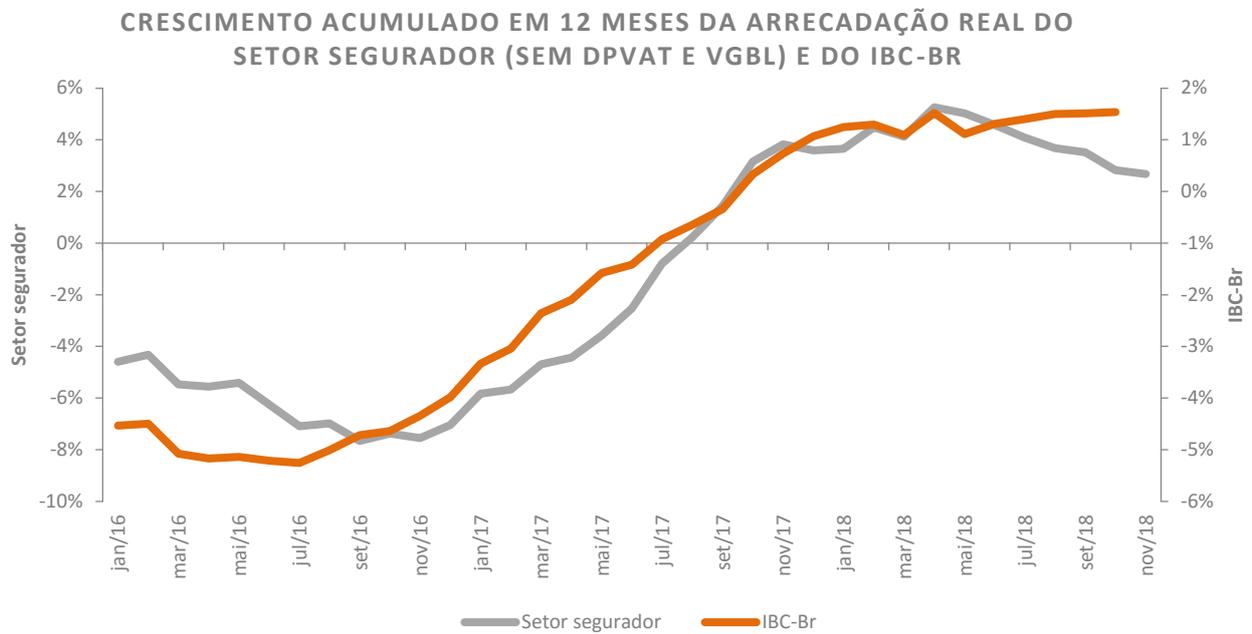
No segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades, destacam-se os grupos de Transportes (15,9%), Rural (11,9%), Patrimonial Massificados (14,4%) e Responsabilidade Civil (11,9%), todos com taxas de crescimento de dois dígitos no acumulado do ano. O desempenho do grupo Transportes continua a ser influenciado pela implantação do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), que prevê a indicação da Averbção do Embarque, garantindo a cobertura de seguro. No caso do Rural, há sinais de que a safra de 2019 pode vir a superar a “supersafra” de 2017, o que pode estar por trás do aumento da demanda por proteção na atividade agrícola. Um deles é a grande procura por crédito rural a juros controlados nos primeiros meses desta safra que começa a ser plantada. As expectativas para esse produto são animadoras. Segundo dados da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) desde 2006, quando o Governo passou a subvencionar a produção agrícola, o Brasil saiu de 1,5 milhão de hectares segurados em 20 culturas, para os atuais 12 milhões de hectares em 70 culturas. O valor da subvenção federal, que em 2018 chegou a R\$ 370,8 milhões, deve alcançar os R\$ 450 milhões neste ano.

Apesar de ter apresentado crescimento robusto em novembro contra o mesmo mês do ano anterior (46,7%), continua a destoar, nesse segmento, o desempenho do grupo Grandes Riscos Patrimoniais, com queda acumulada de arrecadação de 5,0% até novembro. Trata-se de um tipo de seguro de arrecadação volátil, ligado ao investimento em infraestrutura, que deve se beneficiar, no médio prazo, de uma retomada mais consistente do crescimento econômico e da execução de projetos de investimento. O seguro Automóvel, carteira de maior peso no segmento, continua a apresentar bons resultados, com crescimento da arrecadação acumulada de 6,5% no ano, influenciado pelo bom desempenho das vendas de automóveis.

No segmento de Capitalização, o faturamento no mês de novembro foi de R\$ 1,8 bilhão, o que representa um bom crescimento de 6,8% em relação ao mesmo mês do ano passado. Com esse resultado, a arrecadação acumulada até o outubro é 3,1% maior que no mesmo período de 2017, desempenho que pode ser considerado positivo, principalmente quando comparado ao de produtos que também podem ser utilizados para constituição de reservas.

O número de beneficiários de planos de saúde, segundo dados mais recentes da Sala de Situação da ANS, era de 71,5 milhões em outubro de 2018, 2,5% maior que no mesmo mês do ano anterior, resultado de variações de 0,1% no número de beneficiários de planos de assistência médica e de 7,6% dos planos exclusivamente odontológicos.

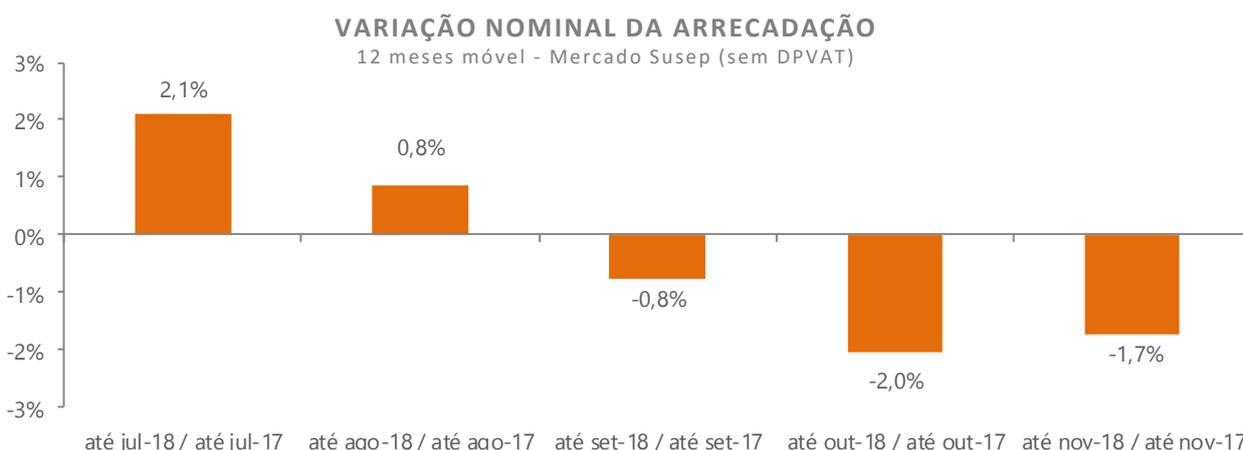
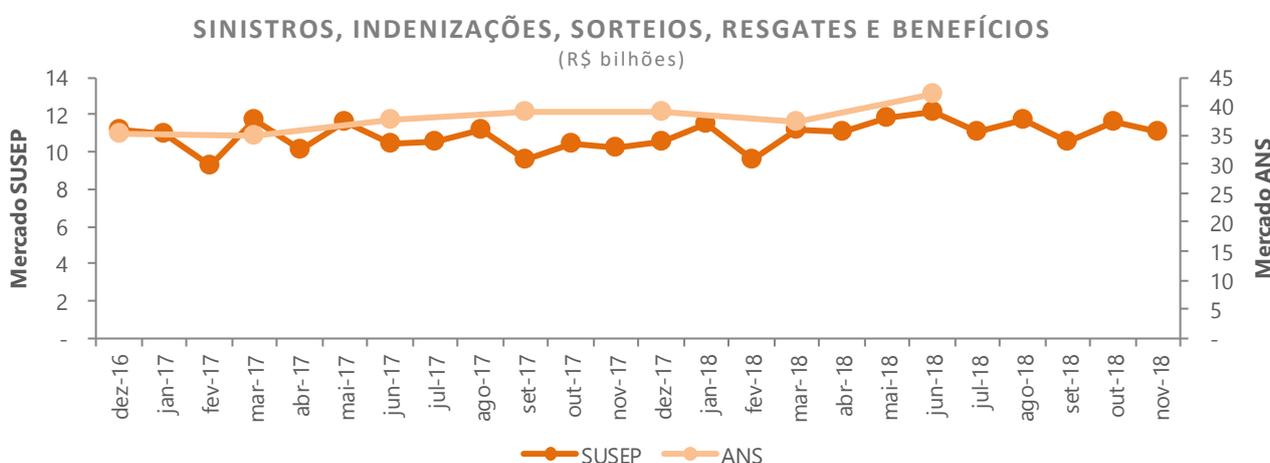
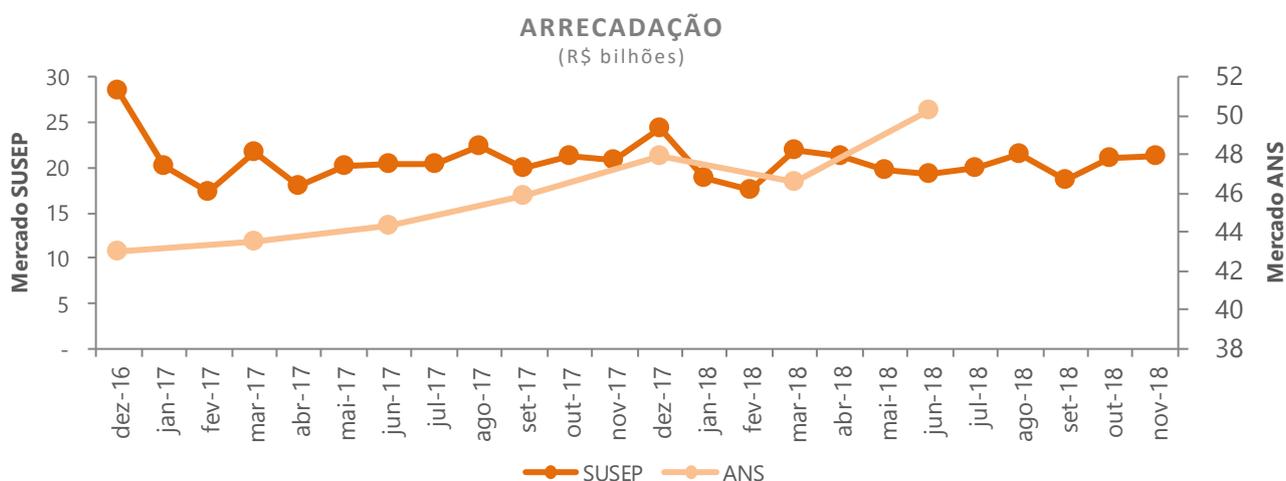
Como se pode ver no gráfico a seguir, quando se exclui o VBGL (que representa cerca de 40% da arrecadação total do setor de seguros regulado pela Susep, mas vem apresentando uma dinâmica própria) e o seguro DPVAT (cuja tarifa é determinada pelo Governo), o crescimento da arrecadação do setor – deflacionada pela variação média do IPCA no mesmo período – revela uma estreita relação com o crescimento do nível de atividade da economia, medido, nessa análise, pelo crescimento do IBC-Br, o índice de atividade econômica do Banco Central. Como se pode ver, apesar de um descolamento no final do período, a correlação entre as séries é bastante alta (0,95 no período analisado). Portanto, espera-se que o maior crescimento projetado para a economia brasileira este ano se reflita também em um melhor desempenho da arrecadação do setor segurador.



Fonte: SES (SUSEP) e SGS (BCB)

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 28/12/18)

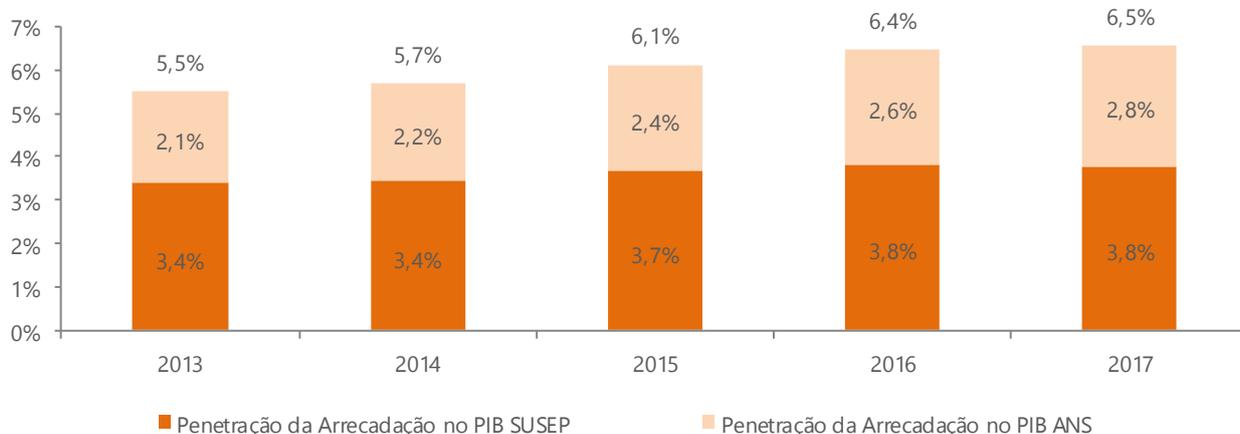


Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

| Arrecadação | | | | | | | |
|-----------------------|--------------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|------------------|------------------|---------------|
| (em milhões R\$) | | | | | | | |
| Sem Saúde Suplementar | Até novembro | | Variação % | novembro | novembro | Variação % | |
| | 2017 | 2018 | | 2017 | 2018 | | |
| 1 | Ramos Elementares (sem DPVAT) | 58.892,35 | 63.976,27 | 8,63% | 5.229,86 | 5.750,10 | 9,95% |
| 1.1 | Automóvel | 30.668,55 | 32.657,13 | 6,48% | 2.782,42 | 2.921,04 | 4,98% |
| 1.1.1 | Acidentes Pessoais de Passageiros | 548,69 | 546,55 | -0,39% | 49,03 | 51,18 | 4,39% |
| 1.1.2 | Casco | 21.507,45 | 22.582,17 | 5,00% | 1.933,28 | 2.018,72 | 4,42% |
| 1.1.3 | Responsabilidade Civil Facultativa | 6.546,33 | 7.148,01 | 9,19% | 612,75 | 634,04 | 3,48% |
| 1.1.4 | Outros | 2.066,07 | 2.380,40 | 15,21% | 187,36 | 217,10 | 15,87% |
| 1.3 | Patrimonial | 9.912,74 | 10.820,63 | 9,16% | 846,99 | 1.030,81 | 21,70% |
| 1.3.1 | Massificados | 7.160,59 | 8.192,90 | 14,42% | 673,56 | 794,10 | 17,90% |
| 1.3.1.1 | Compreensivo Residencial | 2.403,65 | 2.743,93 | 14,16% | 226,24 | 242,74 | 7,29% |
| 1.3.1.2 | Compreensivo Condominial | 369,97 | 412,81 | 11,58% | 36,37 | 37,69 | 3,64% |
| 1.3.1.3 | Compreensivo Empresarial | 1.911,90 | 2.211,78 | 15,69% | 186,75 | 224,64 | 20,29% |
| 1.3.1.4 | Outros | 2.475,07 | 2.824,39 | 14,11% | 224,19 | 289,02 | 28,92% |
| 1.3.2 | Grandes Riscos | 2.470,88 | 2.347,71 | -4,98% | 149,84 | 219,86 | 46,73% |
| 1.3.3 | Risco de Engenharia | 281,27 | 280,01 | -0,45% | 23,60 | 16,86 | -28,56% |
| 1.4 | Habitacional | 3.457,07 | 3.672,12 | 6,22% | 320,73 | 338,75 | 5,62% |
| 1.5 | Transportes | 2.429,64 | 2.816,64 | 15,93% | 235,32 | 281,31 | 19,54% |
| 1.5.1 | Embarcador Nacional | 755,34 | 820,83 | 8,67% | 76,49 | 71,55 | -6,46% |
| 1.5.2 | Embarcador Internacional | 378,84 | 477,87 | 26,14% | 30,29 | 52,37 | 72,92% |
| 1.5.3 | Transportador | 1.295,47 | 1.517,93 | 17,17% | 128,54 | 157,39 | 22,44% |
| 1.6 | Crédito e Garantia | 3.456,17 | 3.798,21 | 9,90% | 263,56 | 313,09 | 18,79% |
| 1.7 | Garantia Estendida | 2.463,44 | 2.662,90 | 8,10% | 224,66 | 223,18 | -0,66% |
| 1.8 | Responsabilidade Civil | 1.407,86 | 1.575,60 | 11,91% | 95,16 | 145,49 | 52,89% |
| 1.8.1 | Responsabilidade Civil D&O | 314,40 | 357,51 | 13,71% | 21,38 | 36,59 | 71,10% |
| 1.8.2 | Outros | 1.093,46 | 1.218,08 | 11,40% | 73,77 | 108,90 | 47,62% |
| 1.9 | Rural | 3.828,67 | 4.284,43 | 11,90% | 363,77 | 353,48 | -2,83% |
| 1.10 | Marítimos e Aeronáuticos | 646,16 | 655,51 | 1,45% | 49,93 | 51,45 | 3,05% |
| 1.10.1 | Marítimos | 341,69 | 323,96 | -5,19% | 20,00 | 32,48 | 62,39% |
| 1.10.2 | Aeronáuticos | 304,48 | 331,54 | 8,89% | 29,93 | 18,97 | -36,62% |
| 1.11 | Outros | 622,04 | 1.033,12 | 66,09% | 47,33 | 91,51 | 93,36% |
| 2 | Coberturas de Pessoas | 139.649,24 | 133.725,20 | -4,24% | 13.735,02 | 13.485,31 | -1,82% |
| 2.1 | Planos de Risco | 31.273,10 | 34.422,47 | 10,07% | 2.847,96 | 3.228,49 | 13,36% |
| 2.1.1 | Vida | 12.275,39 | 13.474,53 | 9,77% | 1.061,69 | 1.207,88 | 13,77% |
| 2.1.2 | Prestamista | 8.608,87 | 10.338,24 | 20,09% | 852,72 | 1.035,45 | 21,43% |
| 2.1.3 | Viagem | 467,83 | 461,17 | -1,43% | 40,52 | 44,47 | 9,73% |
| 2.1.4 | Outros | 9.921,02 | 10.148,54 | 2,29% | 893,03 | 940,69 | 5,34% |
| 2.2 | Planos de Acumulação | 104.494,13 | 95.374,81 | -8,73% | 10.546,03 | 9.873,77 | -6,37% |
| 2.2.1 | Família VGBL | 96.227,17 | 87.595,36 | -8,97% | 9.368,93 | 9.058,46 | -3,31% |
| 2.2.2 | Família PGBL | 8.266,96 | 7.779,45 | -5,90% | 1.177,10 | 815,31 | -30,74% |
| 2.3 | Planos Tradicionais | 3.882,01 | 3.927,91 | 1,18% | 341,03 | 383,05 | 12,32% |
| 3 | Capitalização | 18.634,44 | 19.211,07 | 3,09% | 1.689,14 | 1.803,42 | 6,77% |
| =1+2+3 | Mercado Segurador (sem DPVAT) | 217.176,03 | 216.912,54 | -0,12% | 20.654,02 | 21.038,83 | 1,86% |
| 4 | DPVAT | 5.679,16 | 4.485,05 | -21,03% | 259,55 | 248,07 | -4,43% |
| =1+2+3+4 | Mercado Segurador | 222.855,19 | 221.397,59 | -0,65% | 20.913,57 | 21.286,89 | 1,79% |

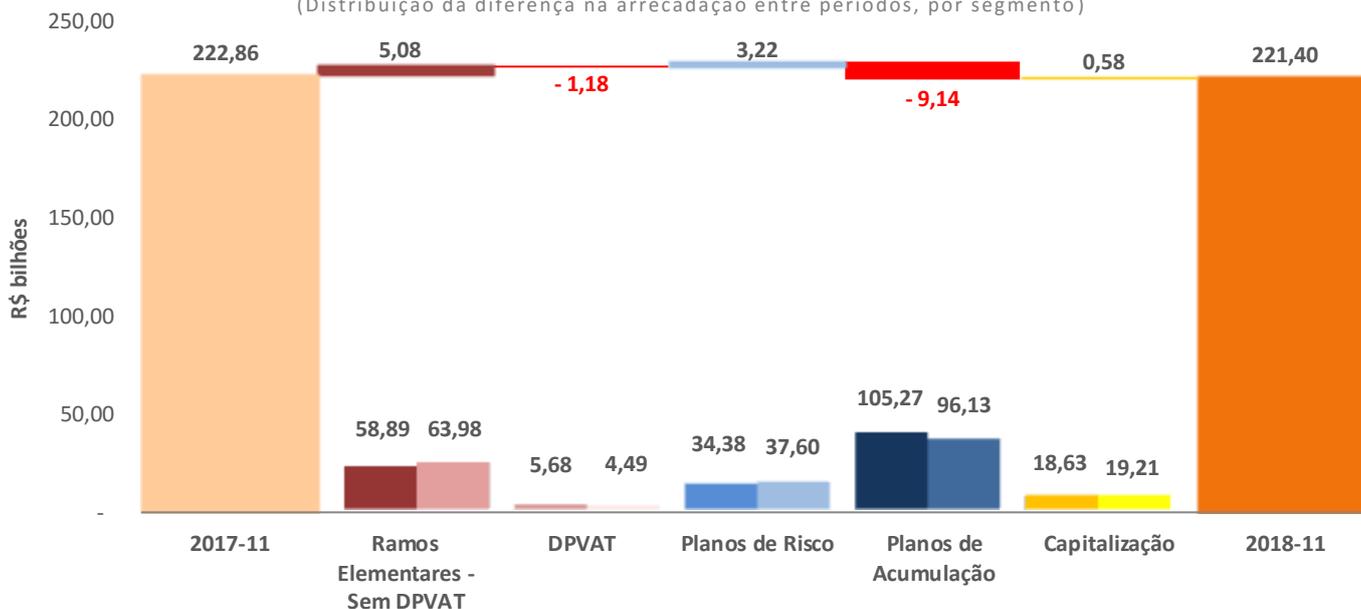
Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação.
Fonte: SES (SUSEP)

PENETRAÇÃO DA ARRECAÇÃO NO PIB



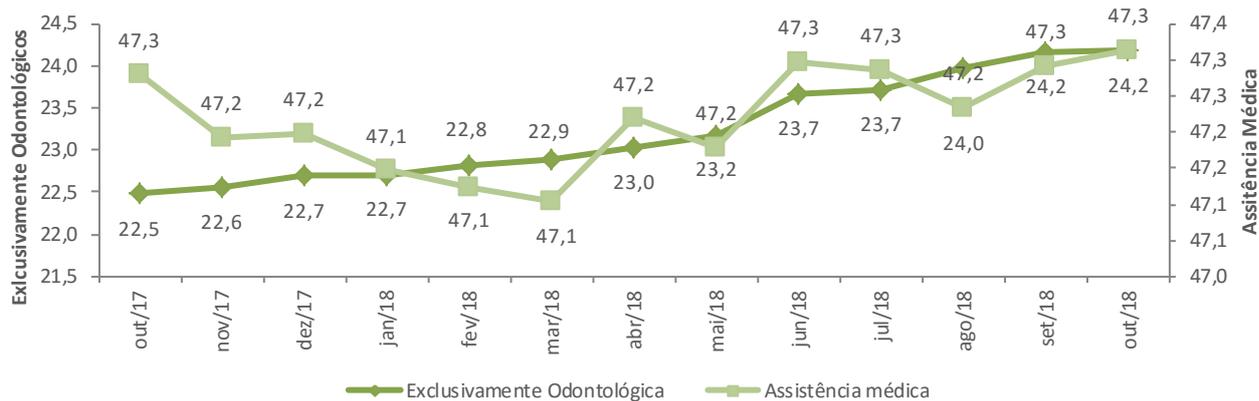
RAMOS ELEMENTARES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



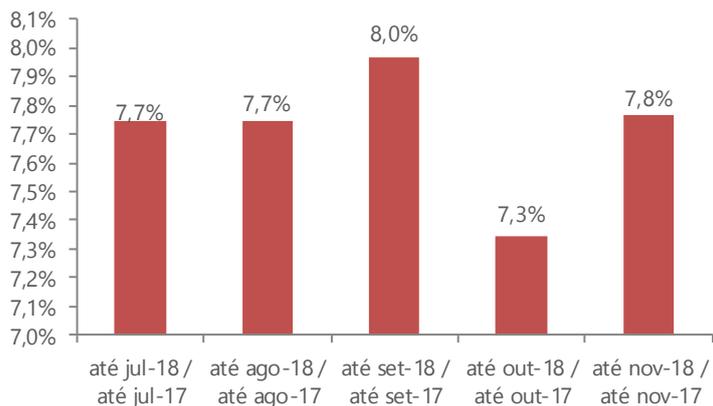
BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

(em milhões de usuários)

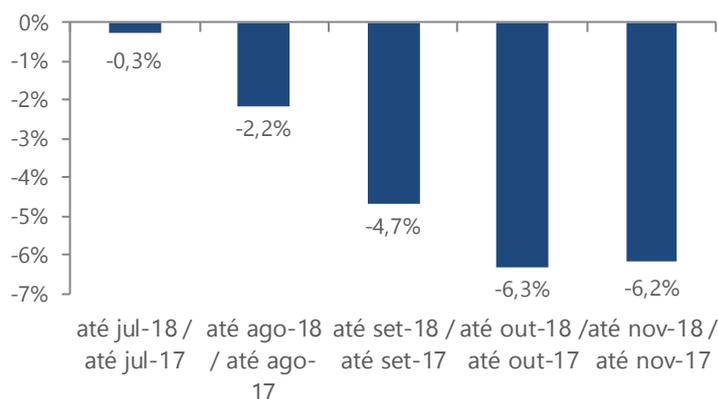


VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEL

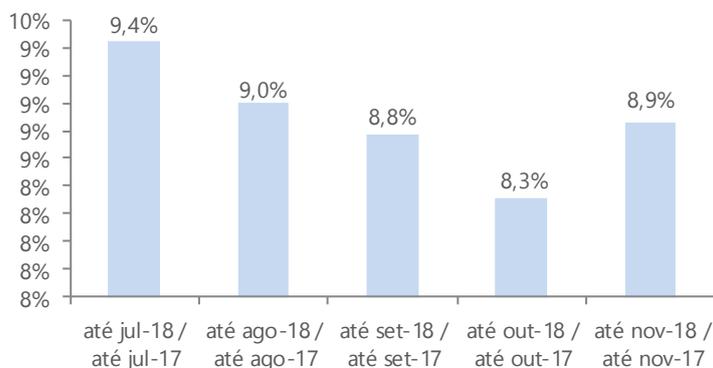
Ramos Elementares (sem DPVAT)



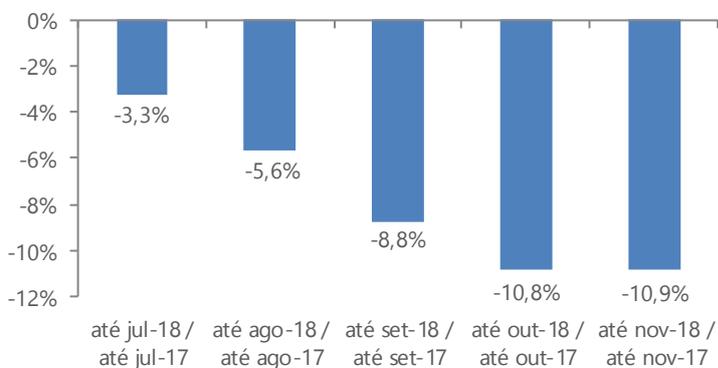
Cobertura de Pessoas



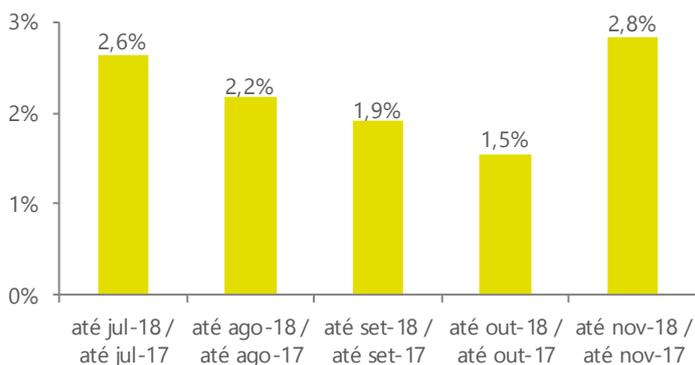
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



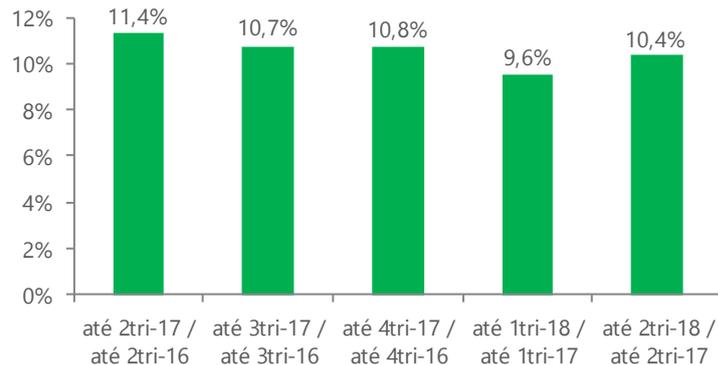
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização



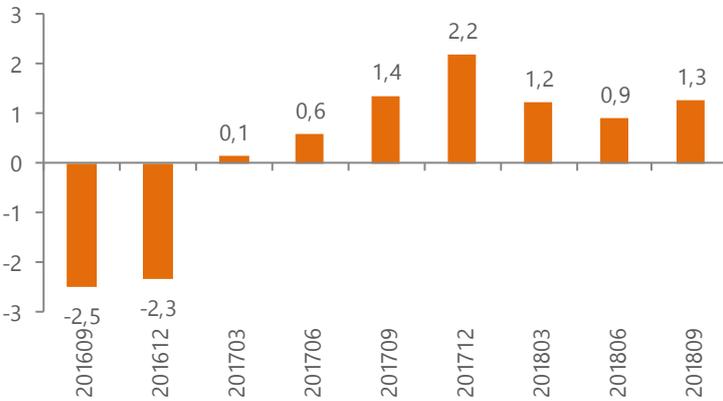
Saúde Suplementar



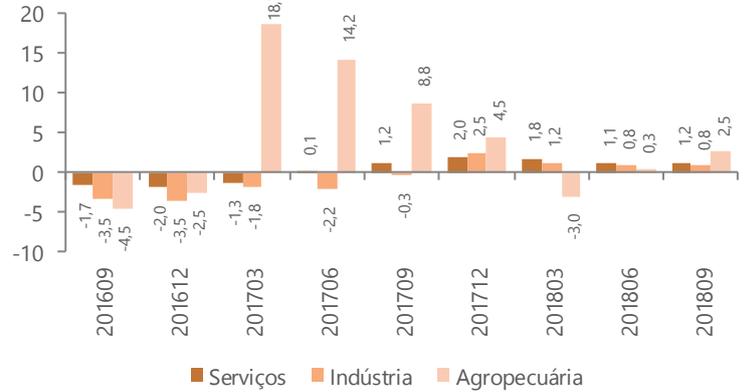
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); SES (SUSEP)

Indicadores Econômicos (data de corte: 28/12/18)

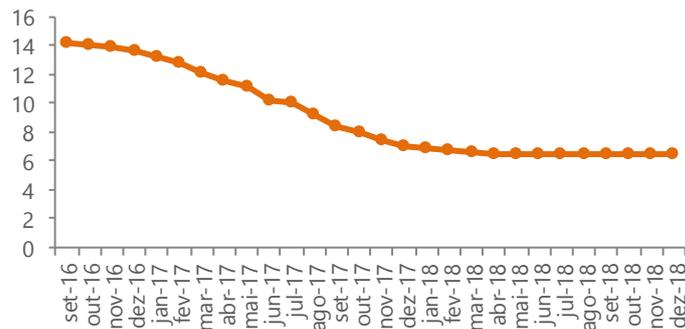
PIB TOTAL
(T/T-4, em %)



PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO
(T/T-4, em %)



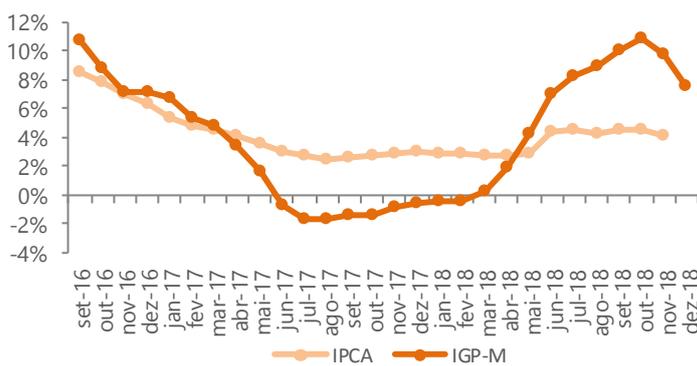
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



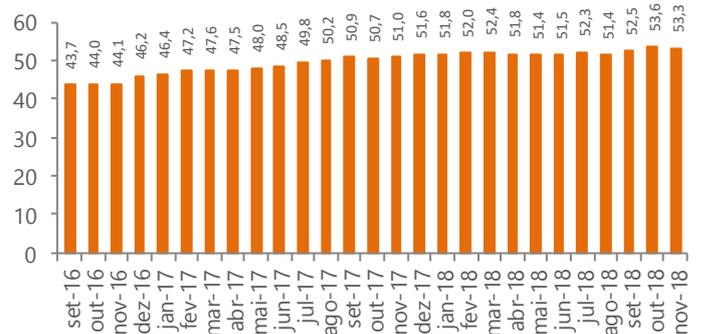
TAXA DE CÂMBIO – R\$/US\$
(taxa de fim de período)



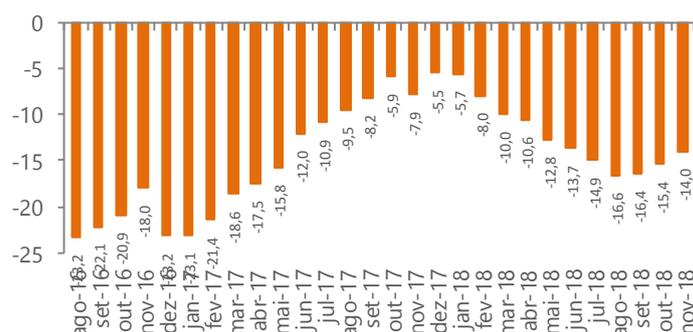
INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)



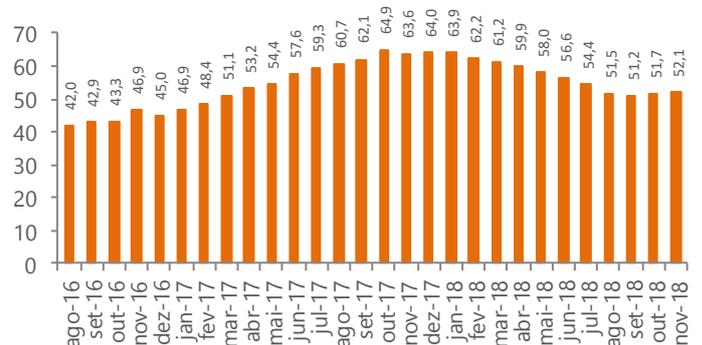
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro, e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida dos Planos de Acumulação: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de preços ao consumidor-amplio calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice geral de preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de

agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

Trade-Off: Em economia, a expressão *trade-off* é muitas vezes entendida como custo de oportunidade, pois representa o que um agente deixa de usufruir em termos de bens, serviços ou bem estar por ter feito escolha distinta.